

Aos vinte e cinco dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, primeira chamada às quatorze horas e quinze minutos, iniciou-se a reunião online do Conselho Municipal de Meio Ambiente- CMAM, Presentes: o Presidente Bruno de Souza Lougon, os Conselheiros Titulares: Felipe Queiroz, do Instituto Floresta Darcy Ribeiro-Ama Darcy, Anna Maria de Carvalho Quintanilha AMASP- Ass. De Moradores e Amigos Sítio Santa Paula, Jaildo de Souza Santos - Federação das Associações de Moradores de Maricá, Ronald Manoel Ribeiro Marques da Silva – Secretaria de Saúde. Suplentes: Bruno da Costa Marins – Secretaria de Urbanismo, Jorge Rodrigues Andrade – SOMAR e Ana Maria Rodrigues Cajueiro – Suplente - AMASP - Associação de Moradores e Amigos do Bairro Santa Paula O Presidente abre a reunião verificando o quórum necessário para a realização da reunião com a seguinte pauta: 1-Apreciação e votação da Atas anteriores,2-Leitura dos Ofícios recebidos e enviados,3-Apresentação do relatório de monitoramento da qualidade da água do sistema lagunar,4-Termo de Referência do Taboal,5-Pautas para Próxima Reunião,6-Informes Gerais. **Primeiro ponto da pauta.** Aprovação das atas anteriores: Ata da reunião de 28 de fevereiro, Ata da reunião extraordinária de 02 de março e Ata da reunião ordinária de 28 de março de 2023 ficaram para aprovação na próxima reunião de abril. **Segundo Ponto da Pauta:** Ofícios recebidos. O Presidente lê o Ofício nº 004 – AMASP- Associação de Moradores e Amigos do Bairro Santa Paula, indicando como suplente sua representante nesse Conselho a Sra. Ana Maria Rodrigues Cajueiro. **Terceiro Ponto da Pauta:** Apresentação do relatório de monitoramento da qualidade da água do sistema lagunar. O Conselheiro Felipe diz que algum tempo atrás foi enviado uma série de ofícios para a Secretária de Urbanismo sobre as obras irregulares e pergunta se teve alguma resposta. O Presidente responde que até o momento não tivemos retorno, podemos aproveitar, na parte de informe gerais, para solicitar ao Subsecretária de Urbanismo que está ocupando cadeira neste Conselho que posso dar uma ajuda na verificação desse processo junto ao Urbanismo. Quanto ao terceiro ponto da pauta pede posição a todos, mas teve informação do Professor da UFF que teve um problema de última hora com família, de emergência de saúde, e não foi possível o comparecimento hoje à reunião. Vale lembrar que essa reunião foi marcada de forma presencial aqui na Câmara de Vereadores para que pudéssemos ter melhor aparato para a apresentação de como andam os estudos de monitoramento do sistema lagunar. Foi até oferecido a proposta d fazermos a reunião online, mas o mesmo solicitou a possibilidade de ser presencial porque ficaria melhor a apresentação, mas infelizmente, com esse acontecimento com o familiar, não foi possível estar presente, pediu desculpas. Devido a vários adiamentos, sugere fazer uma reunião extraordinária só para tratar dessa apresentação para podermos acompanhar como anda esse monitoramento e estudo do sistema lagunar. O Conselheiro Felipe sugere que seja online. O Presidente responde que concorda com o Conselheiro Felipe, diz que assim não estará confundindo com outros assuntos. A Conselheira Anna Quintanilha diz que existe um problema muito sério com reunião online porque as pessoas não estão acostumadas, depois não se consegue fazer a ata, porque não fica gravada, ou não tem ordem nas falas, primeiro precisamos aprender a fazer as reuniões online para podermos ter tudo descrito na ata e não haver problemas futuros. O Conselheiro Felipe diz que como é só a apresentação, acredita que não haverá problema, não terá muita informação. O Presidente diz que está estudando uma forma no Conselho de fazer nossas reuniões de forma online, com maior segurança para fazer as gravações das reuniões, explica o que aconteceu com a última gravação da reunião, perdeu o computador que queimou. O Conselheiro Jorge faz duas sugestões. Primeiro que na plataforma zoom não teria perdido porque grava direto na plataforma. O Presidente diz que precisa ter assinatura. O Conselheiro Jorge diz que sim, cita o valor e que ainda pode fazer pela plataforma do Meet do Google. Com relação a colocação da Conselheira Anna Quintanilha seria um pequeno regramento para as pessoas entenderem que quando for falar no áudio, dizer quem está falando para não haver essas lacunas. O Presidente diz que de toda forma vamos deixar um notebook de reserva gravando. **Quarto ponto da pauta:** Termo de Referência do Taboal. O Presidente diz que por conta do problema com o seu computador que só foi resolvido ontem, recebeu o Termo de Referência houve e um pedido do Conselheiro Guilherme que fosse enviado para todos por e-mail, mas não conseguiu, não teve tempo hábil de formatar o Termo de Referência para trazer para a reunião, irá terminar a tarde e enviará para todos por e-mail, com isso não teria tempo de debater hoje. Sugere deixar como ponto de pauta para próxima reunião em maio. Quanto a reunião extraordinária irá consultar primeiro o Professor e depois marcamos a data. **Quinto ponto da pauta:** Pautas para Próxima Reunião. O Presidente diz que em relação a esse ponto já temos: 1-Apreciação e votação das Atas anteriores,2- Leitura dos Ofícios recebidos e enviados; 3- Elaboração do plano de trabalho, apresentação do resumo das execuções do ano passado. Que a respeito desse ponto hoje estamos com a Dra. Andressa aqui representando a Secretaria de Cidade Sustentável, mas como já foi falado aqui ela passou por um problema de saúde nesses últimos tempos, ficando prejudicado, mas estávamos tentando ajudar de alguma forma para montar esse relatório, até a próxima reunião provavelmente estará pronto para apresentar. 4- Apresentação do Projeto do Professor Jorge Pontes da Lagoa de São Bento, 5-Deliberação em fazer um Conferência de Meio Ambiente, 6-Discutir e deliberar a questão de arborização urbana, 7-Apresentação da Diretoria de parques e jardins da SOMAR, 8-Pautas para Próxima Reunião, 9- Informes Gerais, 10- Termo de Referência do Taboal. **Sexto ponto da pauta:** Informes Gerais. O Presidente passa a palavra para o Conselheiro Felipe falar sobre os processos solicitados para a Secretaria de Urbanismo. O Conselheiro Felipe diz que depende muito do levantamento que a Andressa vai fazer porque lá estão citados todos os processos criados e muitos desses processos, mesmo sendo do ano passado até hoje não tivemos acesso, os ilícitos ambientais estão correndo, as construções nas faixas marginais de proteção estão acontecendo e não estamos conseguindo ter acesso mesmo solicitando via Conselho esses processos para serem discutidos aqui, seria interessante listar esses processos e os ofícios para solicitar a Secretaria de Urbanismo que viesse aqui dar

uma declaração sobre o andamento de cada processo, soube de construção que teve alvará dentro do rio. Fala da questão do convênio que é muito importante, o convênio de cooperação; temos acompanhado esse convênio do processo do INEA, vimos que a SOMAR, a Secretaria da Cidade Sustentável e o Prefeito enviaram os documentos, mas até hoje não identificamos a deliberação deste Conselho em incluir a participação social dentro do convênio, sabemos que tem outra oportunidade para despacho, é bem claro que o INEA encaminhe novamente a minuta. Afirma que novamente a SOMAR está desconsiderando a fala para o Presidente que queria ver porque chegou a conversar com o Guilherme que o e-mail foi enviado também para a Secretaria de Meio Ambiente e perguntou ao Guilherme se não iam reforçar a questão da deliberação do Conselho de Meio Ambiente já que vocês estão com a minuta na mão e podem estar incluindo isso e encaminhando, ele respondeu, que dentro do próprio processo diz que haverá uma reunião na próxima semana para fixar os acertos finais. Outra pergunta e que o Jorge tinha falado que tinha um documento com um aditivo que iria encaminhar para o Conselho e até agora não chegou, foi solicitado via Conselho. O Conselheiro Jorge diz que não disse que ia enviar, que não tem esse documento, sabe da existência desse documento e que foi o INEA que fez, que a solicitação tem que ser feita ao INEA, que tem que cobrar aos responsáveis pelo convênio e não ao executor. O Conselheiro Felipe diz que tem que cobrar ao Conselheiro Jorge, que é membro do Conselho de Meio Ambiente e como Instituição Municipal quer ter acesso a esse documento, pergunta ao Conselheiro Jorge se tem acesso ao processo do aditivo, afirma que o assunto é sério. O Conselheiro Jorge diz que por ser um assunto sério já foi discutido na reunião passada e não vai repetir o que falou na reunião passada, só disse que não se comprometeu com isso, fala para o Conselheiro Felipe que assim como na reunião passada você disse que eu era o responsável legal pelo convênio e tinha provas quanto a isso e não apresentou, afirma que não disse em momento algum que traria para o Conselho. O Conselheiro Felipe pergunta ao Conselheiro Jorge que então não vai trazer? O Conselheiro Jorge diz que em momento algum foi pedido. O Conselheiro Felipe diz que está pedindo. O Conselheiro Jorge pergunta se na próxima reunião do Conselho é para trazer o documento? O Conselheiro Felipe diz que pode encaminhar amanhã mesmo para o e-mail do Conselho. O Conselheiro Jorge pergunta porque não foi solicitado ao INEA. O Conselheiro Felipe diz que não foi solicitado porque o INEA não faz parte do Conselho e a SOMAR é o órgão executor e que é o responsável pelo convênio. O Conselheiro Jorge responde que a SOMAR não é responsável pelo convênio, se leu o convênio sabe que a SOMAR não é responsável, é um equívoco que ele vem seguindo repetidamente. O Conselheiro Felipe diz que a Prefeitura Municipal de Maricá assinou o convênio, e pede que o Conselho de Meio Ambiente envie um ofício solicitando o envio da cópia do aditivo Convênio de cooperação entre o INEA/RJ e o Município de Maricá, que o senhor Jorge diz que existe. O Conselheiro Jorge pergunta ao Conselheiro Felipe se ele fez esse pedido, que não consta na ata essa solicitação, se ele leu a ata e que se fosse levar ao pé da letra tudo que o Conselheiro Felipe falou na última reunião teria que fazer uma queixa crime contra o Conselheiro de difamação e calúnia. O Conselheiro Felipe diz que fez, mas não leu a ata. O Presidente diz que vamos ficar numa discussão eterna, sobre imputabilidade, responsabilidade, competência que não cabe nesse momento até mesmo porque somos representante tanto da gestão como da sociedade em prol de um interesse único, comum, coletivo, temos membros da sociedade que nós assistem aqui nesse momento, então, fica aqui encaminhada solicitação, o Conselho não tem problema nenhum a Presidência vai encaminhar o ofício devido. A Andressa interrompe e pergunta se o Conselho vai encaminhar o ofício para Prefeitura e ao INEA que é o gestor? O Conselheiro Felipe responde que é a Prefeitura ou então manda para os dois. O Conselheiro Jorge lembra que o convênio é assinado pelo INEA e a Prefeitura, que a SOMAR é só a executora na parte do convênio. O Presidente diz que envia para o gabinete do Prefeito e o presidente do INEA. Fala para o Conselheiro Felipe que com relação ao convênio o Guilherme não pôde vir a reunião hoje, justificou sua falta, por conta de reunião importante de trabalho na Secretaria, não está nem na cidade, hoje a reunião foi externa, ele pediu informação se foi reenviado e-mail reiterando a deliberação do Conselho, só que de antemão ele já pediu para informa-los que em algumas conversas informais que ele teve lá no próprio INEA, tudo indica é que o INEA não vai acatar nenhuma modificação independente de manifestação seja do Conselho ou de qualquer órgão, ou da entidade da sociedade civil. O INEA está convicto de que ele vai seguir o mesmo modelo que está sendo adotado com outros municípios, e o posicionamento dele é esse, reitera sua fala não é nada formal do que foi falado, mas até para poder nos tranquilizar ou não, Já para poder antecipar e dar um spoiler dos próximos capítulos, parece que tudo indica este tipo de movimentação, mas mesmo assim fizemos nossa parte, reiteramos o e-mail com as deliberações do Conselho. O Conselheiro Felipe pede ao Presidente, se puder, encaminhar o e-mail que foi enviado para o INEA para os Conselheiros pelo menos para sabermos que estamos tentando via Conselho e Secretaria e não estamos conseguindo com o INEA, assim podemos correr atrás por outros meios. Diz que um outro ponto nos informes gerais é a questão do ICMS ecológico, que participou da reunião no INEA em que a Andressa estava também, e quando falamos e projetar, planejar ação do Conselho para os próximos anos, uma ótima meta é estudarmos o relatório do ICMS ecológico enviado de Maricá para o INEA porque nesse relatório aponta todas as questões ambientais do município, os pontos fracos, os pontos forte, onde podemos melhorar, se tivermos como foco esse relatório do ICMS ecológico, vamos saber onde podemos melhorar na atuação, inclusive melhorar o aporte do ICMS ecológico para o município, como Conselheiro podemos nos juntar, nos unirmos e ver onde podemos melhor os quesitos que somam nota, porque no ICMS ecológico analisam uma série de quesitos de cada município, conforme o município vai atendendo ou não, vai pontuando para maior ou menor, se quisermos tratar das questões ambientais no município, e se já existe todo um estudo, um relatório pronto, nada mais justo que tenhamos acesso a esse relatório para discutirmos onde podemos melhorar, onde pontua mais para podermos gastar energia para melhor a pontuação do município, melhorando o aporte do estado para o município através do ICMS ecológico, que será outra

contribuição deste Conselho para ajudar o município a traçar estratégia dentro desse do ICMS ecológico. Sugere uma reunião só para tratar sobre o ICMS ecológico, analisar o relatório que foi enviado para sabermos o que podemos melhorar para o ano que vem para que Maricá pontue melhor com a ajuda da sociedade. Pede que inclua na próxima pauta o ICMS ecológico e que, se possível, seja encaminhado o relatório existente do ICMS ecológico para podermos ir estudando os pontos de melhoria e um possível plano de ação. A Conselheira Anna Quintanilha pergunta se o município tem um Plano Municipal de Meio Ambiente estabelecendo as prioridades para o desenvolvimento das ações do Meio Ambiente e uma programação, porque entra tudo que o Conselheiro Felipe está falando, podemos ver onde está sendo aplicado os recursos, o que podemos fazer e o que é prioridade. A Andressa diz que Plano Municipal de Meio Ambiente não temos, que na verdade ICMS ecológico não cobra muito o Plano Municipal de Meio Ambiente, estaríamos pontuando já que não temos que seria o Plano Municipal da Mata Atlântica e o Plano Municipal de Educação Ambiental, já estamos tentando corrigir essa falha de Maricá, o Plano Municipal da Mata Atlântica já iniciamos com uma consultoria para estar realizando e em relação ao Plano Municipal de Educação Ambiental estamos fazendo um curso junto ao próprio INEA, já temos uma comissão chamada PROMEA, nesse ponto Maricá já avançou, para que sejam finalizados esse dois planos que são de suma importância. Depois podemos abranger esses planos e configurar, onde temos o plano de manejo das Unidades que já estamos pontuando. Diz que é interessante o que o Conselheiro Felipe falou porque vocês vão poder ver o que Maricá têm e o que não têm, diz que o plano é importante, que a Secretaria, pode sim disponibilizar esse plano para o Conselho assim que for entregue, o prazo final é dia 11 e maio, que existe um link que não lembra, mas que irá disponibilizar, que a própria CEA, AZUL INEA e a FEPERJ fizeram no ano passado foi uma grande evolução, quando clica no link vê os municípios, vai passando, pode ver as qualidades e defasagem do ano passado, afirma que irá repassar o link para o Bruno colocar no grupo. Que o Conselho pode contribuir muito nos dois, mas principalmente no Plano da Educação Ambiental. A Conselheira Anna Quintanilha diz que sim, que o Conselho tem que montar um grupo de trabalho para a construção desses planos e uma programação com as propriedades. A Andressa sugere que antes de chegarem os dois planos a conclusão, os Conselheiros montem um grupo de trabalho, integrado para depois colocar para aprovação do Conselho. O Conselheiro Felipe diz que acha que é um papel do Conselho e nosso contribuir para política pública, se não acabamos vindo para apagar incêndio e discutir, quando chega no final do ano não fizemos nada muito concreto que o município avance na causa ambiental a não ser ficar apontando erros. Diz que o papel dos Conselheiros é muito maior do que isso, coloca a AMADARCY a disposição para contribuir, fazer parte de uma câmara técnica tanto do Plano Municipal da Mata Atlântica, quanto do Plano Municipal de Educação Ambiental, queremos participar e contribuir, tem certeza que quando chegar no final do ano sairemos daqui deliberando coisas que ajudarão o município na questão ambiental. A Conselheira Anna Quintanilha fala que quando chegar na época da prestação de contas vamos ter que seguir o plano para saber onde foi empregado os recursos, como foi gasto, vamos precisar do relatório de gestão. O Presidente coloca para consenso dos Conselheiros que tem uma cidadã que solicitou um momento de fala aqui no Conselho sobre a questão de impacto de empreendimento imobiliário no município. Pergunta se há alguma objeção do Conselho? A Conselheira Anna Quintanilha diz que gostaria de reafirmar uma denuncia que colocou no grupo de WhatsApp do Conselho. Que onde mora no Condomínio Santa Paula não é uma questão específica do Conselho de Meio Ambiente mas tem a ver, sabe que é mais para a Secretaria de Urbanismo. Derrubaram uma casa, estão desbarrancando o morro que fica atrás, na divisa dos dois Condomínios, gostaria de chamar a atenção que há a necessidade da fiscalização da Secretaria de Meio Ambiente ir até lá, porque é um risco se vier a desbarrancar, vai atingir outras casas. A Andressa pede que como é uma fiscalização ambiental que envie o endereço certo para enviar a fiscalização. O Conselheiro Jorge faz uma observação dizendo que nesse caso seria a Postura e Urbanismo, se estão desgastando é para fazer uma edificação que vai precisar de um habite-se, com esse desgaste vai desestabilizar aquele talude, diz que está havendo problema desse tipo na cidade, inclusive a SOMAR vem sendo solicitada para resolver quando há o desbarrancamento porque estão colocando as construções em risco, a nova regra clara da legislação vigente é que, a SOMAR não pode intervir em terreno particular. A Conselheira Anna Quintanilha diz que já falou com a Secretaria de Urbanismo e a Postura, que na realidade se derrubar uma casa todas as outras serão prejudicadas por são germinadas, o que diz sobre a questão do desbarrancamento compete ao Meio ambiente. O Presidente diz que concerne a questão de autorização de movimentação de terra tem que passar pelo crivo de análise da Secretaria de Meio Ambiente. A Conselheira Ana Cajueiro diz que na realidade em relação ao Condomínio hoje, teve uma reunião na Prefeitura. Pergunta: Vocês que tomam conta de um Conselho ou Secretaria o Condomínio Santa Paula é atípico, tudo que a prefeitura fez ou deixa de fazer lá dentro é prejudicial para a população, porque as casas são germinadas com duas ou quatro, então quando mexe com uma geralmente está mexendo com a outra, cita o problema que está acontecendo com sua casa, sobre o problema de esgoto que vem de Cassoritiba. O Conselheiro Felipe pergunta sobre a reunião do Fundo que foi falado na reunião passada que seria essa semana e se vai ter convocação. O Presidente diz que em tese foi agendado com os conselheiros para próxima sexta feira, mas não foi feita convocação, até mesmo por conta da comunicação do Conselho Gestor do Fundo que precisa ser melhor estruturado, com relação a e-mail, que da mesma forma que estamos estruturando o Conselho de Meio Ambiente, o Conselho Gestor do Fundo precisa passar por essa melhoria, com um canal de comunicação, disparada de e-mail, como estamos com uma demanda muito grande nas últimas semanas na Secretaria não tivemos esse tempo de fazer essa reestruturação, mas que terá a reunião no dia 28/04, às 11 horas, na Secretaria da Cidade Sustentável. O Conselheiro Felipe diz que é suplente e não recebeu convocação. Pergunta se tem pauta a reunião do Fundo. A Andressa diz que está retornando a pouco tempo, mas acha que essa primeira reunião é para fazer os ajustes, para solicitar

a prefeitura novas informações, se vão ser mantidos os Conselheiros que já foram indicados há dois anos. É para arrumar a casa, acha que tem um processo que pode até encaminhar sem problema. O Conselheiro Felipe agradece as informações. O Presidente convida a Cidadã para fazer uso do púlpito, explica que por conta da organização do tempo da nossa reunião, solicita que a senhora consiga fazer sua fala em cinco minutos. A Senhora Elisa Cesano diz que é moradora de Maricá há dois anos, professora universitária advogada, mestre em geografia e meio ambiente, que a questão do empreendimento Maraey a preocupa, que não vai falar sobre as questões de competências, que precisa discutir um pouco mais sobre isso, há uma compreensão de que a área ser de unidade de preservação e conservação Estadual o município não tem nenhuma ingerência sobre ela, isso a assusta, porque é uma questão básica o ordenamento territorial que é de competência municipal, diz que analisando o Eia Rima de 2013, o RIMA também é de 2013, e dizem que é transparente; pra ela não é, já se passaram 10 anos, depois dessa RIMA, já existem mais seis processos que são processos de licenciamento antes dos prédios, agora os de instalações de todas as áreas do empreendimento, que irá falar de duas, vai falar do transporte, os impactos viários e sobre o impacto da captação de água, atualmente foi feito um calculo que com as obras passaram pela restinga entre 13 à 113 veículos por dia, com a ligação e instalação do empreendimento e a ligação da RJ 110 e a que vem de São José de Imbassaí, a RJ 114 que contorna o Boqueirão que vai para o lado da Barra e a RJ 110 que vem de Itaipuaçu irá gerar na restinga um tráfego de 153 mil veículos por dia, diz que não tem um plano de mobilidade, mais consegue entender a escolha de um plano de mobilidade que consiga atender toda a cidade, e que a cidade é toda cortada por lagoas, que a escolha dos veículos passando pela restinga é de competência do município o impacto viário, que teve na reunião da apresentação do Plano Diretor e alguma a questão chamou sua atenção, voltou ao estudos para olhar do que tinha visto antes e tinha mudado. Segundo ponto é a captação da água, o Eia Rima informa que foi feito um ajuste com a CEDAE e que teria um fornecimento de 40 litros de água por segundo e seria o suficiente para todo o empreendimento, mas quando você entra na licença atualizada no site do INEA tem dois pontos de captação de água na lagoa de 15 litros por segundo cada um, fala do assoreamento das lagoas, das águas que não são municipais, nem quem tem que dar outorga é o INEA ou não, mas o impacto municipal desse tipo de captação de água precisa ser discutido. Diz que admirou a fala da conselheira sobre a criação do grupo de trabalho para a realização do plano municipal de Meio Ambiente, ouviu que na próxima reunião o Professor Jorge Ponte pediu para falar do MARAEY, então vai conversar com ele e gostaria se possível também apresentar outros projetos, mas tem que trazer para as reuniões do Conselho outras discussões. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente Bruno agradece a todos pela presença, convida para a próxima reunião no dia 30 de maio, às 14 horas, o local a ser confirmado, encerrou a reunião às 15:01(quinze horas e um minutos), agradecendo a presença de todos que já passaram por aqui e convidando a todos para a próxima reunião ordinária, que será no dia 30 de maio, às 14 horas nesse mesmo local, eu, Laudeci Costa, Secretária Executiva, lavrei a presente ata, que foi revisada pela Conselheira Anna Maria de Carvalho Quintanilha, por expressar a verdade, dato e assinado juntamente aos Conselheiros presentes, Maricá, 25 de abril de 2023. XXX

Bruno de Souza Lougon
Gestor – Sec. da Cidade Sustentável
Presidente

Laudeci Costa
Secretária Executiva

Jorge Rodrigues Andrade
SOMAR

Felipe Queiroz
Instituto Floresta Darcy Ribeiro-AmaDarcy

Anna Maria de Carvalho Quintanilha
AMASP- Ass. De Moradores e Amigos Sítio Santa Paula

Ana Maria Rodrigues Cajueiro
AMASP- Ass. De Moradores e Amigos Sítio Santa Paula

Ronald Manoel Ribeiro Marques da Silva
Secretaria de Saúde

Jaildo de Souza Santos
Federação das Associações de Moradores de Maricá

Bruno da Costa Marins
Secretaria de Urbanismo